

CEDI - PIB
DATA 29/09/93
COD. 14060110

PROJETO

" S E C U L O S I N D I G E N A S N O B R A S I L "

(Concepção e Realização)

F R A N K C O E

(Orientação e Coordenação)

A L V A R O T U K A N O

I N D I C E

<u>MATERIAS</u>	<u>PAGINAS</u>
APRESENTAÇÃO.....	1 - 2
SYNOPSIS.....	3 - 7
INTERESSES PARA O PUBLICO INTERNACIONAL.....	8 - 10
COLABORAÇÃO.....	11 - 12
HISTORICO PESSOAL.....	13
RESOLUÇÃO DA ONU.....	14

A p r e s e n t a ç a o

O manejo do meio ambiente e da terra sempre foi uma sabedoria do nosso povo. Houve, pois, um tempo em que éramos ricos. Dominávamos, de ponta a ponta, a natureza, as plantas medicinais, seu potencial alimentar e até uma arquitetura de selva. Depois, com a chegada do colonizador, nos impuseram uma "civilização", que invadiu nossas terras, destruiu nossos lares, silenciando nossas vozes.

Mas os ensinamentos de nossos antepassados ainda perduram cinco séculos depois. Amar a terra que nos alimenta. Viver os sonhos de nossos sábios: sermos gente, deixando para trás um tempo em que, pelo simples fato de sermos diferentes, nos tornaram inúteis.

A Carta da Terra dos Povos Indígenas é assim: simples e compreensível como o canto dos pássaros e o olhar das crianças.

Marcos Terena
Coordenador Geral do Comitê intertribal -
500 anos de Resistência

Através do encontro com Alvaro Tukano, surgiu a idéia da realização de um filme documentário abordando a questão indígena no Brasil.

Com sua experiência acumulada nos 25 anos de militância na "causa" indígena, como índio, líder da comunidade Tukanos do Balaio; membro fundador de organizações e associações indígenas: em sua região (Rio Negro - AM), no âmbito nacional e internacional. Tendo tido a ocasião de confrontar-se com forças de opressão, como o Governo Brasileiro, a Igreja Católica, os interesses econômicos de empresas nacionais e multinacionais. Assim como, a oportunidade de ter trabalhado em colaboração com pessoas, entidades, organismos e governos internacionais, identificados com a problemática indígena e enganados a colaborar.

Enfim, após todo este percurso de uma vida marcada pela dedicação a luta pelo movimento indígena nacional. Alvaro - como vários outros líderes indígenas e pessoas não-índio que colaboram com o movimento indígena no Brasil - concluiu que o momento é chegado, para a realização de um filme, onde os índios brasileiros, tenham a possibilidade de manifestar uma "visão indígena" das consequências dos últimos 5 séculos de contato com os colonizadores europeus e os diferentes momentos políticos da sociedade brasileira. A oportunidade de participarem na organização de uma mensagem indígena para a opinião pública em geral. Com o intuito de esclarecer e informar, sobretudo, em busca de solidariedade e apoio para seus projetos de futuro.

"MUITOS JÁ FALARAM SOBRE O ÍNDIO BRASILEIRO, MAS AGORA É A NOSSA VEZ. QUEREMOS A FRANQUEZA DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL, PRINCIPALMENTE DAS INSTITUIÇÕES QUE SE PREOCUPAM COM O MEIO AMBIENTE, A VIDA".

ALVARO TUKANO

Com estes objetivos em mente, e tendo tido a ocasião de entrar em contato com a minha pessoa e o conjunto de trabalhos

realizados na área audiovisual, durante os últimos 5 anos vividos na Europa. (em anexo, breve "histórico pessoal") Enquanto brasileiro preocupado e identificado com as problemáticas de ordem social no país, e tendo tido a oportunidade de percorrer 5 anos de formação teórica-prática na "vida" e em escolas européias. Alvaro convidou-me a participar no projeto de realização deste filme, como responsável: pelo esquema de produção e divulgação; pela formação de uma equipe técnica competente; coordenar os trabalhos preparatórios, de realização e edição do filme.

Enquanto Alvaro, ficaria responsável junto aos índios. Coordenando a formação de um trajeto, onde percorreríamos o território nacional, visitando uma série de comunidades indígenas, documentando a realidade da diversidade regional-cultural desses povos e seus respectivos problemas e projetos. Organizando a participação dos líderes destas tribos; dos representantes de organizações indígenas e seus trabalhos. Assim como, os contatos com autoridades políticas nacionais, alguns intelectuais ligados ao movimento indígena, e de representantes de certas organizações de apoio e pesquisa da questão indígena no Brasil.

Em suma, com a uniao de nossos esforços, conhecimentos e capacidades, esperamos poder realizar um trabalho que resulte em um produto de qualidade que satisfaça os interesses dos índios brasileiros. E que corresponda as exigências do padrão de qualidade da área audiovisual internacional.

Assim, nasceu a idéia do projeto que denominamos, "Séculos Indígenas no Brasil", e que esperamos poder concretizá-lo com a sua colaboração.

Frank A. Coe

"Projeto-Séculos Índigenas no Brasil"

Um trabalho com a expectativa de dar uma informação adequada numa perspectiva das populações indígenas no Brasil, para o mundo. Sobre a realidade dos últimos 5 séculos de contato das pequenas sociedades tribais com os europeus colonizadores, e após, com os vários momentos de movimentos políticos que ocorreram no Brasil.

Uma iniciativa importante, pois falta uma visão, histórica desta realidade. O que leva as pessoas a fazerem julgamentos sobre as populações indígenas, sem levar em conta a diversidade cultural, sem levar em conta que hoje existem 200 grupos tribais (etnias) diversos, com realidades locais diferentes.

Existem, por exemplo, as tribos da região do nordeste brasileiro, da costa atlântica, que são povos com contato muito antigo com a sociedade brasileira e com os colonizadores, que tiveram seus territórios exauridos de recursos naturais, vivendo em áreas extremamente pobres e pequenas. São grupos considerados "aculturados" do ponto de vista do governo, e dos brancos em geral. - Uma visão de "fora e estúpida" - Pois estas pequenas sociedades, a despeito, de terem 3 à 4 séculos de contato com os brancos, continuam mantendo uma identidade interna da sua perspectiva do mundo.

Por causa das dificuldades de diálogo com o resto do Brasil e o mundo, estas pequenas sociedades acabam por serem exploradas, massacradas, violentamente reprimidas em seus projetos de futuro, projetos de vida.

Imaginário dos Colonizadores

Mesmo os historiadores mais generosos quando levaram em conta a questão social no Brasil, a exceção de alguns antropólogos, sempre ignoraram estas pequenas sociedades indígenas.

No imaginário dos colonizadores o Brasil é uma terra que foi conquistada, onde foram trazidos negros e brancos para colonização, e termina por aí a "História do Brasil". Ignorando a herança cultural das populações indígenas.

Além disto, ignoram também, a realidade social que estas pequenas sociedades indígenas vivem hoje. Pois estes povos não são somente do passado, mas sim de hoje.

Um povo que confronta hoje, as empresas mineradoras, os madeireiros, garimpeiros, o capital internacional que chega em regiões recônditas, como o Amazonas, com o objetivo de incorporar tudo.

Povos Invisíveis

Neste final de século, em que temos que nos confrontar com uma revisão do modelo de desenvolvimento. Imposto por órgãos multilaterais, como o Banco Mundial, Comunidade Comum Européia, ONU, alguns setores da indústria. Um modelo que ainda ignora o acervo de conhecimento que as tribos têm sobre seu próprio habitat, das regiões onde vivem, sobre a importância que cada um desses lugares tem para estas tribos. O significado simbólico na base do acervo cultural, espiritual destas pequenas sociedades.

A conferência mundial organizada pela ONU no Rio de Janeiro tratando da questão do desenvolvimento sustentável - os limites para o desenvolvimento - e a importância de proteger regiões naturais do planeta. Os convênios, os acordos internacionais firmados, eles não incluem as sociedades indígenas como fazendo parte. Mais uma vez as sociedades indígenas foram excluídas deste processo.

Isto é uma coisa muito absurda. Pois as pessoas continuam fazendo de conta que os índios não existem. Estas pequenas sociedades continuam sendo tratadas como povos invisíveis. Quando na verdade, a realidade que estes pequenos grupos humanos vivem, ela é contundente.

Existe uma realidade econômica, social, política: de saúde, da educação, agricultura, de seus produtos, de sua floresta, os recursos naturais existente nos seus territórios.

"Tempos de Trabalho e Sonhos"

Tudo isto é um apanhado de questões que têm sido trabalhado por alguns líderes indígenas e outras pessoas e instituições não-indígena, por um longo período, com muito empenho, coragem e responsabilidade.

Um trabalho que trouxe um avanço bastante grande no que diz respeito à questão indígena no Brasil. Onde se chegou a "sonhar", uma "aliança política" com amplos setores da sociedade brasileira (os trabalhadores "Sem Terra", os seringueiros, alguns setores da Igreja, etc..), um projeto com muitas dificuldades para viabilizar-se. Porém, resta o objetivo de tentar articular junto as tribos brasileiras um "projeto de futuro", tentando assegurar os territórios destas pequenas comunidades indígenas e uma relação futura das tribos com as instituições, o governo e organismos de cooperação.

Na realidade atual do país, não existe uma organização indígena de caráter nacional, uma organização que pudesse expressar uma idéia de consenso. Existem várias associações indígenas espalhadas pelo país com maior densidade na Amazonia.

Tutela do Estado e da Igreja

Existe o relacionamento com a igreja catolica que durante as décadas de 60-70, levantou a bandeira de defesa dos direitos humanos e dos direitos indígenas. E que hoje, tenta tutelar as sociedades indígenas, disputando com o "estado" a hegemonia de controlar a vida dos índios, com missoes instaladas nas áreas indígenas. Resultando numa agressao bastande forte, por poderes como a igreja e o estado, contra os povos indígenas.

A política indigenista do governo a través da "Funai" é uma coisa falida e equívocada.

"Em busca de Alternativas Concretas"

Enfim, existem alguns trabalhos realizados por algumas comunidades que tentam se unir numa realizacao comum, trabalhos estes ainda nao muito aprofundados.

Tendo nos trabalhos realizados pelo "Núcleo de pesquisas indígenas", coordenado por Ailton Krenak, a experiência mais permanente. E o "Centro de Pesquisas indígenas" que reúne pesquisadores, técnicos numa tentativa de responder a desafios que pequenas comunidades encontram com relação ao manejo do seu território, a identificação de recursos naturais, a defesa destes territórios do ponto de vista legal.

Um trabalho com o objetivo de sistematizar um conjunto de conhecimento tradicional sobre ecossistemas naturais, trabalho este reconhecido por instituições públicas e universidades que vieram a contribuir a este esforço.

O centro de pesquisa está localizado em Goiás, com trabalhos realizados na regioao da Amazônia (no alto Jurua); no Mato Grosso, na regioao Centro-Oeste. E um conjunto de sub-programas do centro de pesquisas, em projetos de iniciativas das próprias comunidades indígenas, em um esforço de atualizacao tecnológico, de controle dos recursos naturais e do conhecimento indígena.

"Uma Aliança Afetiva"

Isto é apenas um apanhado muito genérico do que se está tentando fazer, em termos da questao indígena. Após ter-se experimentado ao longo de alguns anos, a tentativa de consolidar uma organizacao indígena, através da "UNI" (Uniao das Nações Indígenas). O que se mostrou bastante difícil a realizar-se devido a grande quantidade de tribos dispersas em um país enorme, o que causa um alto custo. Para o deslocamento, os contatos e a comunicacao entre as comunidades.

Existindo assim, uma "Aliança Afetiva" entre a maioria das tribos, o que nao resulta em uma organizacao política de caráter nacional.

O que causa dificuldades em termos de financiamentos para projetos, pois interpreta-se erradamente a questão da diversidade cultural. Classificando como facções, grupos divergentes. Quando na verdade, trata-se de grupos culturais com diferenças fundamentais tendo opções próprias de desenvolvimento.

É possível apoiar as iniciativas das comunidades indígenas, sem querer que os índios tenham uma "Central Única dos Índios".

Análise Histórica

Por isso mesmo, o projeto "Séculos Indígenas no Brasil". Tem como objetivo principal, documentar a história recente das sociedades indígenas no Brasil e as expectativas de consolidação de idéias e valores destas comunidades. Tomando em conta as diferenças regionais - culturais, oferecendo ao público uma visão mais completa e honesta, de quantas são as dificuldades que as tribos enfrentam para conviver com uma sociedade complexa, agressiva. Onde o "Capital" está chegando a todos os lugares do país confrontando-se com tribos, em sua maioria despreparadas para enfrentar o desafio da concorrência de mercado, e que acabam por ser atropeladas.

Questionando: A omissão do governo; a insensibilidade dos partidos políticos; a "visão romântica" dos movimentos ambientalistas, em relação a esta situação. Enquanto as tribos indígenas passam por um processo de confrontação e de desilusão com a sociedade brasileira, os chamados "civilizados".

Lançando também um "olhar" crítico sobre os séculos passados, tentando analisar como se deu a invasão e colonização desta parte das Américas.

Quais foram as "elites políticas" que se formaram, como elas se vêm, e como se relacionam com a sociedade brasileira. Tentando construir um retrato - um painel - da realidade das sociedades indígenas remanescente "hoje" no país.

Pois houve um tempo (séculos XVI - XVII) que estas comunidades constituíam-se em torno de 900 tribos, com uma população formada de mais de 5 milhões de pessoas, e que hoje restam somente 200 tribos, com aproximadamente 240 mil sobreviventes. Fazendo destes últimos séculos de contato, verdadeiros "séculos de genocídio".

Assim sendo, é importante ter-se em mente estes dados históricos, quando se pretende fazer um trabalho como este, sobre os povos indígenas no Brasil e suas perspectivas de futuro.

"Agenda Carregada"

O futuro próximo reserva uma agenda nacional e internacional repleta de desafios, ameaças e oportunidades para os povos indígenas no Brasil, suas organizações e suas lutas por direitos especiais:

- A tramitação do novo Estatuto (ou código) do Índio (1992/93);
- A revisão da Constituição Federal (1993);
- O término do prazo constitucional para a demarcação de todas as terras indígenas do país (outubro de 1993);
- As eleições presidenciais em 1994;
- As comemorações e "anti-comemorações" dos 500 anos da chegada de Colombo à América;
- E, finalmente, o "Ano Internacional do Índio" (1993) estipulado pela ONU.

Esta agenda, nos leva a constatar a urgência, e a importância de nosso projeto. Pois, estes eventos programados para o futuro próximo, funcionarão como mecanismos de pressão para a produção de uma representação ou representações da indianidade genérica. A qual, deverá contar com a solidariedade e apoio da opinião pública em geral, para poder fazer face as "forças reunidas", contrárias aos seus interesses.

O ano de 1993, apresenta-se como um "marco decisivo" na história da luta de resistência pela "vida" dos povos indígenas no Brasil.

CEDI - Centro Ecumenico de Documentação e Informação Programa Povos Indígenas no Brasil

Resumo da situação jurídica das terras indígenas no Brasil

Em 20.7.1992

Extensao 850 milhoes de ha = 8 milhoes e 500 mil km²

Areas Indígenas 504 , extensao 89.058.291 ha = 10,47% das terras do país.

População Indígena 240.000 em aproximadamente 4.000 aldeias

Povos 200 aproximadamente

Línguas 170

Situação das Terras Indígenas

Areas sem Providência 88 (17,46%)

Areas Identificadas 48 (9,52%) com 6.453.738 ha (7,25%)

Areas Interditadas 36 (7,14%) com 18.802.078 ha (21,11%)

Areas Delimitadas 84 (16,67%) com 17.362.300 ha (19,50%)

Areas Homologadas 171 (33,93%) com 29.320.465 ha (32,92%)

Regularizadas 77 (15,28%) com 17.102.942 ha (19,20%)

GOVERNO COLLOR

Areas com o Ministro a espera de Portaria 1 - 8.150.000 ha

Areas Delimitadas 51 - 14.989.360 ha

Areas Homologadas 110 - 26.256.945 ha

(áreas demarcadas físicamente) AI Yanomami 9.664.975 ha

AI Cerrito 1.951 ha

AI Guasuti 959 ha

AI Jaguarari 405 ha

AMAZONIA LEGAL

Extensao 480.000 milhoes de ha (Almanaque Abril)

Aproximadamente 160 povos contatados com 143.000 índios

Aproximadamente 53 grupos indígenas ainda nao contatados,

A Funai já confirmou a existência de 12 desses grupos.

Areas Indígenas 345 - 87.884.133 ha que é 98,68 % da extensao das AIs no Brasil e 18,30 % das terras da Amazônia.

Sem Providência 56 (16,18%)

Identificadas 28 (8,12%) com 6.365.624 ha (7,24%)

Interditadas 33 (9,57%) com 18.761.402 ha (21,35%)

Delimitadas 65 (18,84%) com 17.262.462 ha (19,64%)

Homologadas 101 (29,28%) com 28.973.115 ha (32,97%)

Regularizadas 62 (17,97%) com 16.504.962 ha (18,78%)

Em Defesa dos Direitos das Minorias Etnicas

Através deste pequeno resumo, pode-se constatar alguns dos fatores cruciais, a se compreender preliminarmente, para o tratamento político da questão indígena no Brasil: a reduzida expressão demográfica dos povos indígenas, que somam cerca de 240 mil indivíduos, numa população nacional de 140 milhões, distribuídos em aproximadamente 200 grupos étnicos, geralmente pouco numerosos, que vivem dispersos por uma imensa área com alguma concentração na Amazônia, particularmente nas regiões mais próximas às fronteiras nacionais.

A colonização no Brasil expandiu-se historicamente do Atlântico para o oeste. Os índios foram progressivamente empurrados para o interior, na medida em que se consolidavam os núcleos de colonização mais próximos ao litoral.

Nessas duas últimas décadas houve, também, a emergência política da questão étnica, com a projeção de lideranças indígenas que passaram a atuar no contexto da sociedade nacional, conquistando espaços crescentes nos meios de comunicação de massas e chamando atenção da opinião pública. A maior parte das organizações de apoio aos índios estruturou-se nesse período.

Foi, ainda, nestes anos, que as frentes de expansão econômica penetraram na Amazônia, chegando aos extremos norte e oeste do território nacional. Estimuladas pelas políticas de transporte, de incentivos fiscais e de abertura para o capital estrangeiro, desenvolvidas nos governos militares, as frentes de expansão projetaram os conflitos decorrentes da ocupação desordenada sobre as fronteiras do país.

"Em defesa da Democracia"

Com o processo de democratização e com a instalação de um atribulado governo de transição, crescentemente influenciado por forças continuístas, se estabeleceu uma situação profundamente contraditória. Enquanto o incipiente movimento indígena e as organizações de apoio se articularam para intervir no processo de institucionalização, tendo a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte como ponto de referência, se estruturava no seio do Estado, mais especificamente na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), um projeto das fronteiras amazônicas denominado "Calha Norte".

A partir daí, a política indigenista oficial vem sendo marcada pela intensificação da tutela militar exercida no contexto desse projeto, baseada na colonização e sedentarização dos índios em torno de batalhões de fronteira, aeroportos, missões religiosas e outros pontos de atração.

Também vem sendo vedado ou dificultado o acesso aos núcleos de colonização indígena para todos os que não participam do Projeto Calha Norte, como os pesquisadores em geral, as organizações de apoio, setores da Igreja Católica ou lideranças indígenas de outras áreas, acoplando a perspectiva assimilacionista que sempre marcou a política indigenista oficial, uma estratégia de isolamento de segregação dos povos indígenas.

Assim, na medida que ampliaram os direitos dos índios, haverá uma maior demanda de acompanhamento para o seu exercício e a sua efetividade. Os conflitos entre os índios, as frentes de expansão econômica e a política oficial tenderão a se desdobrar em novas frentes de luta no futuro imediato.

A sociedade civil precisa redefinir o seu papel e ocupar novos espaços no processo democrático. As demandas colocadas exigem a rearticulação das ONGs brasileiras que atuam na defesa dos direitos indígenas, para que invistam no seu fortalecimento institucional, procurem formas de enfrentar a sua criminalização pelo governo, reforcem politicamente as suas alianças dentro e fora do país e abram o debate democrático sobre as suas experiências, estratégias, divergências e alianças.

Amazônia Urgente

A Amazônia é produto de milhões de anos de evolução. Ela corresponde a 56% do território brasileiro. As áreas indígenas 345 (87.884.133 ha) que é 98,68% da extensão das aldeias indígenas no Brasil e 18,30% das terras da Amazônia.

A Amazônia não é o "celeiro do mundo" como pensaram von Humboldt e Bonpland quando a visitaram no começo do século XIX. É, isto sim:

- a última reserva de madeiras tropicais do mundo;
- um imenso patrimônio biológico com espécies de fauna e flora ainda não totalmente identificadas cientificamente;
- a maior bacia hidrográfica do mundo que fornece 20% de toda a água doce despejada no oceano;
- uma grande reserva de recursos minerais, alguns extremamente escassos;
- o habitat das últimas tribos indígenas culturalmente autônomas existentes no Brasil;
- a fonte de subsistência de milhões de brasileiros que tiram da floresta, do solo e dos rios sem depredá-los e poluí-los, o necessário à vida.

"Ecologia e Desenvolvimento"

Assim sendo, o nosso projeto, pretende contribuir para o debate que se trava no Brasil e no mundo todo sobre o problema ecológico. Pois ao tratarmos as problemáticas da questão indígena no Brasil, naturalmente, abordaremos a questão da preservação da floresta Amazônica. Colocando em discussão, aquilo que os cientistas reconhecem ser prejudicial à Amazônia, do ponto de vista ecológico, econômico e social. E debater as alternativas de um manejo racional e viável do imenso patrimônio biológico, o mais rico que se conhece, que pertence ao povo brasileiro e aos índios, e de seus enormes recursos hídricos e minerais.

A discussão ecológica que se trava em nossos dias coloca em discussão a própria noção de "desenvolvimento". Questiona em que medida a degradação ambiental se vincula às condições econômicas e sociais impostas ao Terceiro Mundo pelos países tecnologicamente avançados. E levanta o problema da responsabilidade, quantitativa e qualitativa, de cada qual à ameaça de desastre ecológico que pesa sobre o planeta, que a todos cabe evitar.

Colaboração:

Lista de pessoas e organizações já contactadas por nós, que se demonstraram solidários e prontos a colaborar para a realização e sucesso do projeto. Seja com a participação direta (entrevistas), ou indireta (permissão de acesso e uso de material de arquivos).

Organizações:

UNI - União das Nações Indígenas é um conselho que reúne 170 tribos indígenas brasileiras. Tendo se originado de um núcleo inicial criado em 1979, esse conselho de tribos congrega as várias etnias que falam línguas diferentes e que estão em regiões distintas do país, em uma aliança comum para tratar com os não-índios, defendendo os direitos de cidadãos brasileiros para os índios dessas 170 tribos, agora sem tutela ou discriminação conforme estabelece a Constituição de 1988.

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação é uma organização não-governamental, fundada em 1974 com o objetivo de assessorar movimentos sociais através do desenvolvimento de programas sob impoção ecumênica. Desde 1978 vem desenvolvendo o Programa Povos Indígenas no Brasil, que visa o levantamento e organização de informações sobre as diversas nações indígenas brasileiras.

NDI - Depois de acompanharem juntos os trabalhos de elaboração da Constituição de 1988, índios, advogados, antropólogos e simpatizantes da questão indígena de vários estados decidiram criar em outubro de 1988, após a promulgação da Carta, o Núcleo de Direitos Indígenas. Sediado em Brasília, é uma sociedade sem fins lucrativos que se dedica à defesa dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

CPI - Centro de Pesquisa Indígena em Goiânia busca uma síntese entre o saber indígena e o conhecimento científico para apoiar projetos étnicos. Criado em 1987 pela União das Nações Indígenas e instalado no ano seguinte, o Centro de Pesquisa é o lugar onde tomou corpo a aliança entre o saber indígena e o conhecimento tecno-científico. O Centro é a interface que filtra e processa o conhecimento científico antes deste ir para a aldeia; e que recolhe e sistematiza o acervo de conhecimentos indígenas sobre os eco-sistemas nativos que deverá revitalizar o pensamento "branco" sobre a terra, a fauna, a flora, o homem em seu meio. Interface que atua em três frentes: formação de quadros indígenas, projetos experimentais e projetos da área em aldeias. Trabalhando em convênio com a Universidade Católica de Goiás, desde 1989.

NCI - Núcleo de Cultura Indígena, ou Embaixada dos Povos da Floresta, em São Paulo desde 1985.

Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. A Coiab iniciou suas atividades a partir do dia 15 de julho de 1989. Com uma diretoria formada por um representante de cada organização indígena da Amazônia, com sede em Manaus. Tendo como objetivo principais: (1) articular as organizações indígenas; (2) fortalecer a luta pela demarcação das terras de acordo com os interesses dos povos indígenas; (3) a preservação das tradições culturais dos povos; (4) a auto-determinação e a educação bilíngüe; (5) a conscientização política; (6) economia alternativa; (7) a união das organizações indígenas da Amazônia brasileira.

"Imagens da Terra" - Centro de Documentação e Imagem do Trabalhador - criado para documentar a História recente do Brasil. O centro se insere na luta contra o monopólio da informação - um dos maiores obstáculos à construção de uma sociedade democrática. Através de uma "fotografia engajada" mostram o Brasil que não aparece nos grandes meios de comunicação. - Denúncias de trabalho escravo e violação dos direitos humanos; o trabalho nos campos e fabricas; a ecologia onde o homem é a principal espécie a ser preservada. Mais de 150 mil fotografias em preto e branco e a cores formam um Banco de imagens único no País.

FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. (1987) Em São Gabriel da Cachoeira - AM, uma das organizações mais forte e representativa dos índios no Brasil.

- E várias outras organizações já contactadas.

Líderes Indígenas:

Ailton Krenak - Coordenador da UNI desde 1985; responsável pelo Núcleo de Cultura Indígena, Centro de Pesquisa Indígena, e presidente da diretoria do Núcleo de Direitos Indígenas. Um dos líderes indígenas brasileiros com expressão nacional e internacional, conhecido e reconhecido, por sua dedicação e capacidade de organização, durante um longo período de trabalhos e luta pela "causa indígena". Com um trabalho marcado pela lucidez, coerência, coragem e perseverança.

Karái Mirim - Índio Guarani, professor de História.

Marcos Terena - coordenador geral do Comitê Intertribal - 500 anos de resistência. Responsável pela organização do encontro da KARI-OCA, maio 1992, onde se reuniram mais de 600 índios vindos de todas as regiões do Brasil, e do mundo. Para discutirem sobre os direitos dos povos indígenas diante das resoluções tiradas no encontro organizado pela ONU, no Rio de Janeiro.

Davi Kopenawa Yanomami - Jovem xama da aldeia do Demini, denunciou a invasão pela primeira vez em 1987 e se transformou no porta-voz da tragédia vivida pelo seu povo em todo Brasil, como na manifestação em frente ao Palácio do Planalto em Brasília em setembro de 1989, e no mundo, o que lhe valeu o Prêmio Global 500 da ONU em 1989.

O Cacique Raoni - Líder Kaiapó, presidente honorário da Fundação Mata Virgem, entidade criada com o objetivo de arrecadar fundos para a demarcação da área Menkragnoti/Kubenkokre, com 4,9 milhões de ha, interligando outras áreas Kaiapó já definidas no sul do Pará. Raoni visitou 16 países em todos os continentes, em companhia do cantor Sting, tendo sido recebido pelo papa Joao Paulo II.

- E vários outros líderes já contactados.

Autoridades Políticas:

O Governador Leonel Brizola - Atual governador do estado do Rio de Janeiro, em seu segundo mandato. Presidente do PDT (Partido Democrático Trabalhista), ex-candidato à Presidente da República na última eleição presidencial realizada em 1989. Tendo sido o 3º candidato mais votado, com uma pequena margem de diferença para o 2º mais votado.

Candidato socialista à próxima eleição presidencial de 1994, com boas chances de ser eleito.

Luís Inácio da Silva (LULA) - Ex-líder sindical, atual presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), ex-candidato a presidência na eleição de 1989. Tendo sido o 2º candidato mais votado, e perdendo na 2ª fase por uma margem bastante pequena. Candidato trabalhista à próxima eleição presidencial de 1994, também com boas chances de ser eleito.

Fernando Gabeira - fundador do PV (Partido Verde), precursor do movimento ecológico no Brasil, à nível político. Jornalista -escritor conhecido internacionalmente, correspondente do jornal "A Folha de S.Paulo" em Berlim. Também tendo participado à última eleição presidencial, como candidato do P.V.

Antropólogos e Intelectuais:

Darcy Ribeiro - como antropólogo passou dez anos de sua vida (1946-1955) nas aldeias indígenas da Amazônia e do Brasil Central, e assessorando o Marechal Rondon (pioneiro no tratamento da questão indígena em uma ação governamental) no Rio de Janeiro. Fundou então o Museu do Índio e o dirigiu alguns anos. Criou o primeiro curso brasileiro de pós-graduação para antropólogos. Como educador, fez carreira, tendo sido reitor e, afinal, ministro (1955-1964). Durante o governo

de Jango, tentou promover a reforma agrária. Com o golpe militar de 1964, exilou-se durante quase 11 anos, tendo trabalhado em reformas de universidades no Uruguai, na Venezuela, no Peru e até na Argélia.

Nesses anos escreveu demasiados livros, que andam sendo editados em várias línguas diferentes, em todo o mundo. Transformando-se em um dos maiores intelectuais da América Latina, inclusive, recebendo o título de Doutor Honoris Causa da Sorbonne.

Após, ter sido vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, ao lado de Leonel Brizola. É atualmente, Senador federal e responsável por um programa na área de educação para as crianças, na Secretária de Programas Especiais do Rio de Janeiro.

Carlos Alberto Ricadro - Antropólogo responsável pelo programa "Povos Indígenas no Brasil" do CEDI. Como coordenador e editor geral das publicações denominadas "Aconteceu".

José Lutzemberg - Cientista, ex-secretário de estado no Governo Collor de Mello. tendo ocupado a Secretária do Meio Ambiente, durante 2 anos, e sendo demitido por divergências no seio do governo; o qual ele acusou de corrupção, antes mesmo, do escândalo do Processo de Impeachment do Presidente Collor.

Joao R. Ripper - Repórter fotográfico, coordenador do Centro de Documentação e Imagem do Trabalhador - Imagens da Terra.

Berta G. Ribeiro - Antropóloga - escritora, do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Coordenadora Geral do Projeto "Amazônia Urgente" - Cinco Séculos de História e Ecologia.

H I S T O R I C O P E S S O A L

Ao longo destes últimos 5 anos, tive a oportunidade de concretizar o objetivo traçado, ainda no Brasil. Ou seja, vir a Europa para obter uma formação na área audio-visual que credenciasse-me, não somente, a realizar filmes documentários sobre questões político-sociais brasileiras. Mas principalmente, de realizá-los com um esquema de produção internacional que possibilita-se uma certa garantia de qualidade técnica, assim como, a independência necessária em relação aos interesses político-econômicos da classe governante brasileira.

Condições tais, fundamentais à reunir-se para permitir um trabalho de informação e esclarecimento da opinião pública nacional e internacional sobre a situação da realidade brasileira. Com o intuito de colaborar, através destes filmes, com o avanço do processo de democratização no país. Buscando o apoio e a solidariedade necessários para o fortalecimento das instituições democráticas no Brasil.

Muitos filmes sobre o Brasil foram feitos, e continuam a se fazer, direcionados ao público europeu e internacional em geral. Abordando questões de ordem social de um país com características especiais, (sua dimensão continental, sua pluralidade étnica, sua economia e riquezas em recursos naturais, a distribuição extremamente desigual desta mesma riqueza, etc...); porém, a grande maioria destes filmes tendo sido realizados por estrangeiros, os quais, por mais bem intencionados que fossem, no sentido de realizar um trabalho, honesto e correto, não puderam escapar ao fato de uma falta de conhecimento aprofundado, do que seja a realidade complexa brasileira.

Nos 3 anos e meio passados na Suíça; onde, além dos cursos teóricos seguidos na "ESAV" (Escola Superior de Artes Visuais); e estágios de vídeo e cinema, nos Serviços de Atividades Culturais da Universidade de Genebra; alguns cursos ministrados pelo mestre Freddy Buache na Cinemathèque Suíça de Lausanne sobre a "Estética e História do Cinema", a participação ativa no comitê organizador do "Ciné-club" Universitário de Genebra; a realização de 3 filmes documentários e semi-documentário, abordando questões de ordem político-social-psicológico, ligados a realidade brasileira e a brasileiros residentes na Europa. Assim como, a participação em outras realizações, enquanto assistente estagiário.

Tive a oportunidade de paralelamente a estas atividades ligadas a área audiovisual, de aprofundar meus estudos de Psicologia, iniciados no Brasil, com um curso de especialização em Psicologia Social, na Universidade de Genebra.

É importante mencionar, o fato de ter constituído uma família na Europa. Tendo como companheira e esposa - Ute Alberty Coe -, com quem vivo à mais de 3 anos, dividindo preocupações e atenções, em um projeto de vida comum e nosso filho Alioscha.

Frank Coe

Jägerstrasse 23, 1000 Berlin 45, Tel. 030/772.85.95

International Year for the World's Indigenous People

The General Assembly,

Bearing in mind that one of the purposes of the United Nations set forth in the Charter is the achievement of international co-operation in solving international problems of an economic, social, cultural or humanitarian character, and in promoting and encouraging respect for human rights and for fundamental freedoms for all without distinction as to race, sex, language or religion,

Taking note of the recommendation of the Economic and Social Council, in its decision 1990/248 of 25 May 1990, that the General Assembly proclaim 1993 as an international year for the world's indigenous people,

Taking into account the guidelines for international years and anniversaries adopted in its decision 35/424 of 5 December 1980,

1. Proclaims 1993 as International Year for the World's Indigenous People, with a view to strengthening international co-operation for the solution of problems faced by indigenous communities in areas such as human rights, the environment, development, education and health;

2. Invites States to ensure that preparations are made for the Year;

3. Recommends that the specialized agencies, regional commissions and other organizations of the United Nations system consider in their respective forums the contributions that they can make to the success of the Year;

4. Invites organizations of indigenous people and other interested non-governmental organizations to consider the contributions they can make to the success of the Year, with a view to presenting them to the Commission on Human Rights;

5. Requests the Commission on Human Rights to consider at its forty-seventh session possible United Nations activities in connection with the Year;

6. Authorizes the Secretary-General to accept and administer voluntary contributions from Governments and intergovernmental and non-governmental organizations for the purpose of funding programme activities for the Year;

7. Requests the Secretary-General to submit to the General Assembly at its forty-sixth session a draft programme of activities based on the recommendations of the Economic and Social Council and of the specialized agencies;

8. Decides to include in the provisional agenda of its forty-sixth session an item entitled "Preparation and organization of the International Year for the World's Indigenous People".

69th plenary meeting
18 December 1990